SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

AGÊNCIA CENTRAL

INFORMAÇÃO Nº 006/23/AC/84

DATA : 1º Ago 84.
ASSUNTO : A LIGA ÁRABE. Estrutura, Organização e Princípios.
ORIGEM : AC/SNI.
DIFUSÃO : CH/SNI - 2ª Sec/EMFA (FA-21) - Subch Info EMA (M-20) - 2ª Sec/EMAer - SE-1/EME (1ª Subch) - CIEX/MRE.
ANEXOS : a) Federações Árabes;
b) Listas de autoridades;
c) Membros da Liga Árabe - datas.

GENERALIDADES.

A Liga Árabe ("*Jami'at al-Duwal at Arabiya*") foi criada em 1945 por sete Estados Árabes (alguns já independentes, outros no limiar da emancipação): EGITO, IRAQUE, YEMÊN, TRANSJORDÂNIA, SÍRIA e LÍBANO.

Na década de 60, outros juntaram-se à "*Liga*". Em 1976 a "*PALESTINA*", representada pela OLP, foi aceita como membro-pleno da Liga Árabe. Hoje, 21 membros estão a ela filiados: SÍRIA, JORDÂNIA, LÍBANO, IRAQUE, ARÁBIA SAUDITA, YEMÊN, REPÚBLICA POPULAR DO YEMÊN, OMAN, KUWAIT, EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, QATAR, BAHREIN, LÍBIA, TUNÍSIA, ARGÉLIA, MARROCOS, SOMÁLIA, MAURITÂNIA, "*PALESTINA*" e DJIBOUTI. O EGITO, antes ocupante de uma posição proeminente na "*Liga*", foi suspenso da organização após os Acordos de "*Camp David*". Em conseqüência, a sede da "*Liga*" foi transferida do CAIRO para TUNIS.

O EGITO jamais se conformou com essa decisão e imputa como ilegais as medidas tomadas contra ele. No fundo, essas disputas internas afetam o "*status*" da "*Liga*" e obscurecem a sua representatividade. Por exemplo, a Comunidade Européia e a Organização de Unidade Africana discordam das sanções impostas ao CAIRO e não aceitam o credenciamento da "*Liga*" sem a representação egípcia. O diálogo euro-árabe e afro-árabe sofreu, inegavelmente, um retrocesso

porque a aceitação da *"Liga Tunisiana"* atingiria o EGITO e contribuiria para agravar o seu isolamento da Comunidade Árabe.

Os objetivos declarados da *"Liga"* resumem-se a: fortalecer os laços entre as Nações árabes; assegurar a sua independência e soberania; promover a cooperação e a coordenação *"em todas as esferas"*. Não obstante, em fatos reais, as atividades da *"Liga"* estão centradas no *"conflito árabe-israelense"*, na luta contra ISRAEL em todos os níveis político, econômico e militar.

A *"Liga"* não ocupa uma posição central de comando no mundo árabe. A sua capacidade de influenciar depende, basicamente, do balanço de forças na Comunidade e, em certo grau, da personalidade de quem ocupa a Secretaria-Geral, no momento. Nos últimos anos, sob a gestão de SWADLI KLIBI, a *"Liga"* mostra-se muito ativa no trato das questões centrais que agitam o Mundo Árabe, mas o poder real de influir é limitado pela disputa e cisão interárabes. Assume a *"Liga"* papel destacado no terreno da informação e da propaganda, ao representar os interesses árabes na esfera internacional e promover os laços institucionais entre os países árabes e blocos e corporações internacionais.

A LIGA ÁRABE - ASPECTOS LEGAIS e INSTITUCIONAIS.

A base legal.

A *"Carta"* árabe, e seus anexos, constitui a base legal de existência da *"Liga"*. Foi subscrita pelos países fundadores e, até hoje, não sofreu emendas. Além dela, podem-se citar os *"estatutos"* dos diversos corpos e o *"tratado da Defesa Conjunta"* (1950). Deve-se notar que, desde a Reunião de Cúpula de 1979, cogita-se da possibilidade de emendar os estatutos da *"Liga"*, mas as diferenças internas dos países filiados ainda não teria permitido passos concretos nesse sentido.

Limitação às atividades da *"Liga"*.

A Liga delibera sob o princípio do *"consenso"* e as suas decisões serão impositivas quando adotadas pela unanimidade dos países-membros. As decisões adotadas pelo critério de maioria são ape

nas obrigatórias para os países que as aprovaram.

Os Estados árabes estão conscientes que esse dispositivo consensual limita a implementação das decisões da "*Liga*", mas, ao que se saiba, os esforços para eliminar essa cláusula, até agora, resultaram inúteis. Mesmo as decisões aprovadas por unanimidade perdem valor ao recordar-se que a "*Liga*" não dispõe de mandato impositivo sobre os Estados que não cumpram as suas determinações. A única sanção existente - a expulsão - é drástica e exige a aprovação de todos.

OS ÓRGÃOS DA LIGA ÁRABE.

a) O Conselho da Liga Árabe.

É o foro supremo da Liga (de acordo com o Capítulo 3 da Carta), reúne-se regularmente a nível de Ministros de Estado ou, às vezes, com os Representantes Permanentes. O Conselho pode, também, ser convocado mediante solicitação de, pelo menos, dois Estados-membros.

O Conselho se ocupa de vasto espectro de assuntos, nos campos militar, econômico e político, como também trata de questões de organização e administração da "*Liga*", inclusive da do Secretário-Geral e altos funcionários.

A adoção e implementação de decisões.

Cada membro da "*Liga*" dispõe de um voto no Conselho. Com respeito a maioria exigida para a aprovação de Resoluções, os temas em discussão dividem-se em três categorias:

- Unanimidade: quando o tema se relaciona com agressões a um Estado-membro, expulsão de um membro e expansão da agenda de uma sessão extraordinária do Conselho.

- Dois terços: no caso de emendas aos artigos da Carta e de eleição do Secretário-Geral. (A transferência da sede para TUNIS requeria emenda à Carta e foi executada em caráter temporário).

- Maioria simples: compreende os casos de mediação entre dois membros, que difiram sobre questões administrativas.

Como já foi declarado, somente as decisões tomadas por unanimidade têm efeito compulsório sobre os Estados-membros e sua implementação deles depende.

Quando um Estado-membro desejar retirar-se da *"Liga"* ele deverá comunicar ao Conselho com um ano de antecedência (art 18).

b) Comitês permanentes subordinados ao Conselho.

Existem dez comitês ligados ao Conselho:

- Político.
- Informações.
- Militar.
- Administrativo e Financeiro.
- Direitos Humanos.
- Social.
- Estatístico.
- Meteorológico.
- Transporte e Comunicações.
- Legislativo.

Os mais destacados são.

- O Comitê Político: sua função é a de processar e formular decisões do Conselho da *"Liga"*. Todos os Estados-membros se fazem representar nesse comitê, com poderes para convocar reuniões a nível de Ministros- de-Estado e Representantes Permanentes.

- O Comitê de Informações: Incumbe-se das informações unificadas e das atividades de propaganda da *"Liga"*.

- O Comitê Militar: será discutido em capítulos separados.

- O Comitê Administrativo e Financeiro: trata de assuntos do orçamento do Secretariado-Geral da *"Liga"*.

CONSELHO DE MINISTROS PARA ASSUNTOS ESPECIAIS.

É o segundo órgão em importância. Incumbe-se de estudar e formular idéias e linhas de ação na esfera de sua responsabilidade. Seguem-se os "*Conselhos*" existentes, os quais se subordinam ao Secretariado da "*Liga*".

- Conselho de Defesa
- Informações
- Finanças e Economia
- Saúde
- Juventude e Esporte

SECRETARIADO DA "*LIGA*".

A "*Liga*" possui um Secretariado-Geral Permanente (Art 3 da Carta), composto de um Secretário e um Corpo de Assessores. O Secretariado representa o elo entre a cúpula da "*Liga*" e os Estados-membros. É também responsável pelo orçamento da "*Liga*" e alocação de fundos.

O Secretário Geral da "*Liga*" - A "*Liga*" é encabeçada pelo Secretário-Geral, eleito por maioria de 2/3 para um período de cinco anos, com possibilidade de extensão de mandato. Enumeram-se os ocupantes do cargo, desde a fundação da "*Liga*": ABD EL RAHMAN IZZAM (até 1952); ABD EL KHALEQ HASSUNA (até 1972); MAHMOUD RIAD (até 1979) e o atual SHADLI KLIBI.

Deveres do Secretário-Geral - é o representante da "*Liga*". Ele atua de acordo com as prescrições da "*Carta*", as decisões do Conselho e o orçamento aprovado. Na prática, o Secretário-Geral coordena todas as atividades das diversas instituições da "*Liga*". Ele também prepara as propostas orçamentárias. Ao mesmo tempo, ao Secretário-Geral é concedido o mandato para tomar importantes iniciativas de caráter "*interárabe*", de acordo com as circunstâncias a seu critério. Ademais, é o Secretário-Geral o servidor que aprova a indicação das pessoas para os altos postos da "*Liga*", proposta pelos Estados-membros.

Departamentos da "*Liga*" - A organização da "*Liga*" compreende inúmeros Departamentos subordinados ao Secretariado:

- Escritório do boicote árabe
- Departamento de Informações
- Assuntos Econômicos
  Assuntos Sociais
  Assuntos Políticos
  Assuntos Palestinos
  Assuntos Legais
  Organização
- Escritório do Secretário-Geral

AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS.

Outro ramo orgânico da "*Liga*" inclue inúmeras agências especializadas que constituem "*corpos autônomos*". Tais órgãos tratam de assuntos variados, entre os quais destacam-se:

- Organização de Educação, Cultura e Ciência (MUHI AL DIN SADER);
- União Postal (HUSSEIN RASHID EL-HAMDANI);
- Organização das Cidades Árabes
- Banco Árabe para Desenvolvimento Econômico da ÁFRICA (SHADLI AYARI);
- Organização árabe para o Desenvolvimento Agrícola (HASSAM FAWMI TAMAIAH);
- Organização Árabe para Defesa Social contra o crime (MUHAMMAD EL-SHADADI);
- União Árabe de Broadcast (ABDULLAH SHAQRUN)
- Centro Árabe de Desenvolvimento Industrial (AYID EL AZABI);
- Organização Árabe de Trabalho (GHAZI NASIF MAQI);
- Fundo Árabe para o Desenvolvimento Econômico e Social (MUHAMMED EL-I'MADI);
- Instituto Árabe de Comunicação Especial (ALI EL MASHT);

- Centro Árabe para o Desenvolvimento de Regiões Áridas (MUHAMMAD EL HUSH);

- Organização Árabe de Aviação Civil;

- Instituto Árabe de Financiamento do Desenvolvimento Econômico Social;

- Organização de Transporte Marítimo (ABD EL WAHAB MUHAMADI EL SINANI);

- Organização de Comunicação (SALEM KHALEF IBRAHIM);

- Fundo Monetário Árabe;

- Conselho de Unificação Econômico (MAHDI MUHSIN);

- Organização de Padrões e Medidas (MUHAMMED ZAFER EL SUEZ);

- Organização de Ciências Administrativas (NASSER MUHAMMED EL SAYIZ).

INSTITUIÇÕES MILITARES DA LIGA ÁRABE.

Generalidades.

O "*Tratado de Defesa Conjunta*", juntamente com os anexos militares, constitui um suplemento à Carta da "*Liga*". O Tratado impõe a cooperação militar e prevê a adoção de medidas na eventualidade de agressões contra os Estados-membros, assim como a preservação da segurança e paz interna dos países. O Tratado é um documento destinado à defesa contra ISRAEL, uma vez que cria a cooperação militar pan-árabe. Nestas circunstâncias, surgiram as estruturas militares interárabes, visando a implementar as resoluções do "*Tratado de Defesa Conjunta*" - o Conselho de Defesa e a Comissão Permanente Militar. Contudo, estas instituições militares não têm apresentado grandes atividades nos últimos anos (especialmente no que se refere ao Conselho de Defesa e ao órgão mais tarde estabelecido - Conferência de Chefes de Estado-Maior). O Conselho da Liga também lida com problemas militares.

Conselho de Defesa Conjunta.

É formado pelos Ministros do Exterior e da Defesa dos paí

ses-membros ou os seus representantes e tem por finalidade o estudo dos problemas relativos à implementação das principais cláusulas do Tratado, isto é, defesa, cooperação militar, etc. O Conselho delibera, ainda, sobre as bases do planejamento militar para a resistência a ameaças ou ataques. As suas decisões são aprovadas por uma maioria de dois terços e acatadas por todos os membros signatários do "*Tratado*". Reúne-se sob a solicitação de um membro ou após consulta geral.

"*O Conselho de Defesa Conjunta*", apesar das ações militares de ISRAEL, particularmente no que se refere ao LÍBANO, não se tem apresentado ativo nos últimos anos. Não obstante os esforços, em particular por parte da LÍBIA, para a realização de Conferências do Conselho, os obstáculos persistem devido às divergências entre os países árabes, tornando difícil a obtenção do consenso. As duas últimas reuniões do Conselho ocorreram em Fev 1975 e Jul 1981, onde, em ambas, o assunto em discussão foi a questão do LÍBANO. As Resoluções aprovadas na última sessão exortavam ajuda ao LÍBANO e à OLP, com base no "Tratado de Defesa Conjunta" e nas Resoluções das reuniões de Cúpula Árabe anteriores. Em destaque, o envio de advertência aos países que concediam ajuda a ISRAEL, em particular aos EUA, e as medidas contra os mesmos, caso não mudassem de atitude.

Secretaria Militar.

É subordinada à Secretaria Geral da Liga Árabe. É presidida, no momento, por um ex-oficial sírio, LIWA ABD ALRAZQ EL-DARDARI (veja apêndice de personalidades). É responsável, do ponto de vista administrativo, pela coordenação de atividades militares da "*Liga*".

Comissão Militar Permanente.

É formada por representantes de Estado-Maior dos Exércitos de países-membros e encarrregada de traçar os planos de defesa e preparar os instrumentos para sua execução. Os relatórios da Comissão são submetidos ao "*Conselho de Defesa*".

Ao final de 1982, realizaram-se duas reuniões dos Chefes dos Colégios Militares dos países árabes, no escritório central da "*Liga*", em TÚNIS: o primeiro, de 30 Nov a 03 Dez e o segundo de 27

Dez a 31 Dez. Na pauta, discussões em torno da cooperação em treinamento militar, aprovação de recomendações para a intensificação de cooperação entre os colégios militares (padronização de método de trabalho em relação a treinamento de oficiais, intercâmbio de informações na área de treinamento e visitas recíprocas).

É possível que a realização destes encontros tenha sido resultado da Operação Paz na Galiléia, a qual criou a necessidade de intercâmbio de informações entre os exércitos árabes para o treinamento militar.

Conferência de Chefes de Estado-Maior.

Na emenda do "*Tratado de Defesa Conjunta*", realizada em 1957, decidiu-se criar um órgão de consulta militar, formado por Chefes de Estado-Maior dos exércitos árabes, com vistas a supervisão das atividades da "*Comissão Militar Permanente*" e a constituição de um forum ao qual decisões da Comissão Militar seriam submetidas, antes de serem aprovadas pelo "*Conselho de Defesa*". As Conferências dos Chefes de Estado-Maior são realizadas de acordo com as circunstâncias e após consulta aos países-membros.

A última sessão da Conferência dos Chefes de Estado-Maior, e também a primeira desde a transferência da sede da "*Liga*" para TÚNIS, ocorreu em 28 Abr 1981. Os seguintes pontos foram discutidos:

- estabelecimento de um Comando árabe conjunto e a formulação de recomendações sobre o assunto;

- estabelecimento de um instituto árabe para indústrias militares;

- a cooperação entre exércitos árabes no campo de treinamento e intercâmbio de informações; e

- preparação de uma reunião de Ministros da Defesa Árabe.

Comando Árabe Unificado.

Foi fundado em 1964 por decisão tomada na primeira reunião de cúpula árabe, no CAIRO, tendo como motivo os planos de ISRAEL de desviar as águas do JORDÃO. Àquela época, este órgão foi chefia

do pelo Ministro da Guerra egípcio; entretanto, nunca foi considerado ativo e atualmente já não mais existe. Durante a Conferência dos Chefes de Estado-Maior árabes, realizada em Jul 1974, houve uma tendência para se reabrir este órgão, mas a tentativa fracassou.

Comando Militar Árabe Conjunto e Indústria Militar Árabe.

O Secretário da Liga Árabe submeteu dois memorandos à Conferência de Ministros do Exterior, que precedera à primeira reunião de cúpula de FEZ (Nov 1981). Os memorandos versaram sobre o seguinte:

- "*Comando Árabe Unificado*" - As recomendações do memorando, sobre este assunto, foram preparadas na última reunião dos Chefes de Estado-Maior árabes (TÚNIS, 28-30 Abr 1981) e determinava, entre outros pontos, que o Comando Conjunto seria chefiado por um General Comandante, cuja nomeação seria aprovada em uma reunião de cúpula; o comando traçaria planos militares, determinaria o orçamento anual e seria diretamente subordinado ao "*Conselho de Defesa Árabe Conjunta*".

- Indústrias Militares Árabes - O memorando sobre este assunto recorria aos Estados árabes para o estabelecimento de uma instituição árabe para indústrias militares, com o propósito de eliminar a dependência dos árabes de fatores externos.

Esses problemas não foram discutidos na reunião de cúpula e decidiu-se submetê-los ao "*Conselho de Defesa Árabe Conjunta*", para reexame.

CONFERÊNCIA DE CÚPULA ÁRABE

Este forum árabe de alto nível, que não possui suas raízes nos estatutos da "*Liga*", reúne-se desde 1964. É o maior e mais amplo forum árabe e geralmente suas reuniões são a nível de Chefes de Estado. Somente um pequeno número de países árabes participou da primeira Conferência. Atualmente, o forum conta com um crescente reconhecimento de seu status no mundo árabe e funciona de acordo com os estatutos da "*Liga*".

Para que se realize uma reunião de Cúpula Árabe é necessá

rio um acordo por parte da maioria dos membros da "*Liga*" (maioria simples). O Secretário-Geral da "*Liga*" encarrega-se das atividades referentes à realização da Conferência. Há uma reunião de preparação da qual participam Ministros do Exterior, a fim de definir a agenda e os planos de trabalho.

As Conferências de Cúpula Árabes são realizadas no propósito de tratar sobre problemas político-militares de especial importância, os quais requerem decisões a nível de Chefes de Estado. Somente este forum poderá cancelar as suas próprias decisões, o que até agora ainda não ocorreu.

Na 9ª Conferência de Cúpula (realizada em BAGDÁ, em Nov 1978) decidiu-se institucionalizar as reuniões a nível de líderes e realizar os encontros anualmente. Entretanto, os países árabes têm tido dificuldades em implementar esta resolução de vez que uma Conferência de Cúpula anual, na qual os membros da "*Liga*" são forçados a discutir e tomar decisões sobre assuntos importantes, somente viria a expor ainda mais as disputas no mundo árabe. As dificuldades que envolveram a realização da cúpula de AMAN (Nov 1980) e a dissolução de Cúpula de FEZ (Nov/81) bem demonstraram a grandeza do problema.

Todavia, tem ocorrido que os Estados árabes, especialmente quando se defrontam com o desafio sério de ISRAEL, geralmente, obtêm êxito em alcançar posições e decisões comuns sobre os principais assuntos. Um exemplo foi a 12ª Reunião de Cúpula, realizada em MARROCOS (Set 82), durante a qual o programa árabe para o ORIENTE MÉDIO (o "*plano* FEZ") foi aprovado.

Vale salientar que, em 1983, os árabes não conseguiram o consenso no sentido de convocar uma Reunião de Cúpula em Nov. Atualmente, não se conhece a data que será realizada a 13ª Conferência de Cúpula.

A EMENDA DA CARTA DA LIGA ÁRABE.

Engajados ao desejo de adaptar os princípios da Carta da Liga Árabe às mudanças que se processam, cresce, ocasionalmente, a

necessidade de introdução de Emendas à Carta. Este problema tornou-se particularmente agudo em 1979, com a suspensão do EGITO do quadro da Liga Árabe e a transferência da sede da *"Liga"* para TUNIS. A decisão oficial de criar-se Emendas para a Carta foi tomada na reunião do Conselho da *"Liga"*, em Set 79, e foi aprovada na Reunião de Cúpula de TÚNIS (Nov 79). Nesta Conferência, decidiu-se estabelecer um comitê de peritos, com a finalidade de formular uma nova Carta para a Liga Árabe. O iraquiano ABD EL MUHSIN ZALZALA, Assistente do Secretário-Geral de Assuntos Econômicos da *"Liga"*, foi nomeado chefe deste Comitê.

Em Nov 79, pouco antes da reunião de cúpula de TÚNIS, apresentou-se uma proposta síria, com as seguintes inovações:

- aprovação das decisões da Liga Árabe por voto de maioria, a serem acatadas por todos os Estados-membros.

- reunião de Cúpula Árabe, anualmente, em data a ser determinada pelos membros;

- estabelecimento de um Conselho de Defesa e um Conselho Econômico, além de maior coordenação entre os membros da *"Liga"*, no que diz respeito as suas políticas externa e de defesa; e

- coordenação dos problemas interárabes pela *"Liga"* e um compromisso, por parte dos Estados-membros, de submeter estes problemas ao arbítrio da *"Liga"*.

O Comitê encontrou a resistência de pequenos países, especialmente do LÍBANO, à cláusula referente à aprovação de medidas por maioria simples e à obrigação de serem acatadas por todos os membros. Os pequenos países, evidentemente, temeram que seus interesses viessem a ser prejudicados pelas decisões dos grandes.

Às vésperas da Reunião de Cúpula de AMAN (1980), o Comitê preparou uma nova versão da Carta da Liga. Um exame desta versão demonstra que as emendas propostas pela SÍRIA foram, em geral, aprovadas pelo Comitê, embora a proposta do comitê tenha sido mais detalhada do que as recomendações apresentadas no documento sírio.

A proposta de emendas do Comitê foi apresentada pelo Secretário-Geral da *"Liga"* no encontro de Ministros do Exterior, antes da

Reunião de Cúpula. Contudo, no encontro de Ministros do Exterior, decidiu-se não se submeter a proposta de emenda à Cúpula, uma vez que a proposta tratava somente de aspectos administrativos e não de princípios da Carta. Foi decidido, portanto, que esta proposta seria estudada na sessão do Conselho da "*Liga*" em Mar 81 e discutida na reunião de Cúpula de Fez (Nov 81).

Na 75ª reunião do Conselho da "*Liga*" (Mar 81), uma proposta do IRAQUE foi aprovada, no sentido de realizar reunião extraordinária do Conselho da "*Liga*" em Set 81, um pouco antes da 76ª Sessão do Conselho, com a finalidade de discutir emendas à Carta. Isto foi aparentemente proposto com a intenção de forçar uma discussão sobre o assunto, que havia sido adiada nos últimos dois anos. Porém, mesmo esta proposta deparou-se com o pedido da SÍRIA, ARÁBIA SAUDITA e KUWAIT para que a discussão do problema fosse transferida para a 77ª reunião do Conselho. Entretanto, nos encontros árabes mais recentes, os membros da "*Liga*" têm evitado discutir e resolver este problema e, atualmente, encontram-se congeladas as conversações a respeito.

ATIVIDADES DA LIGA ÁRABE NO CENÁRIO INTERNACIONAL.

Escritórios da Liga Árabe.

Atualmente, a Liga Árabe possui 21 representações e escritórios por todo o mundo; no ano passado, investiu na expansão mais ampla de suas atividades diplomáticas. Os escritórios da Liga Árabe foram oficialmente estabelecidos com vistas a coordenar o trabalho das Embaixadas árabes. Hoje, constituem a agência principal para a disseminação de propaganda, visando a promover a posição árabe no conflito árabe-israelense e os interesses da OLP.

A tarefa principal dos escritórios e centros da "*Liga*" concentra-se em adquirir a simpatia da opinião pública em relação ao ponto de vista árabe e em projetar uma imagem negativa de ISRAEL. Isto é efetuado por meio de vasta atividade de propaganda através da "*mídia*", de manifestações e concentrações pró-árabes. Na organização destes encontros, a Liga Árabe recebe assistência de diversas

"*sociedades de amizade*", que mantêm contatos estreitos com os escritórios da "*Liga*" e são por ela financiados para o desenvolvimento de atividades. Estas "*sociedades de amizade*" trabalham como grupos de pressão na promoção dos interesses árabe-palestinos. Os escritórios da "*Liga*" também servem como um ponto de contato com as populações locais de origem árabe.

Os representantes da "*Liga*" organizam encontros com funcionários dos Governos onde estão localizados e representantes de instituições governamentais. A "*Liga*" também financia as visitas de delegações parlamentares a países árabes. Estes contactos com representantes do Governo são também explorados, a fim de pressionar-se em favor dos interesses árabes.

Os escritórios da Liga Árabe funcionam também como uma agência do "*mecanismo de boicote árabe*", o qual faz parte da estrutura da Liga Árabe. Em cada representação da "*Liga*" há um "*oficial do boicote*" que é encarregado deste assunto e de relatórios que são enviados para o principal "*escritório do boicote*", em DAMASCO. Estes funcionários fornecem assistência para a preparação de "*listas negras*" de companhias comerciais que estão para ser boicotadas e impedidas de ter qualquer contato comercial com países árabes.

Os escritórios da "*Liga*" na Europa Ocidental estão bastante empenhados na atividade de realçar a posição da OLP e obter reconhecimento internacional da Organização, pertencente à Liga Árabe. A tônica de trabalho está em obter reconhecimento internacional da OLP como a única representante do povo palestino e, também, em conseguir a permissão para abertura de escritórios oficiais nas capitais em todos os países do mundo. Esta posição é resultado de decisões tomadas sobre o assunto em foruns árabes. Na Reunião de Cúpula de BAGDÁ (Nov 78), decidiu-se que é um dever árabe nacional estender toda a assistência e apoio à luta palestina em todas as suas formas (que também inclui o terrorismo), sob os auspícios da OLP - a representante legítima do povo palestino. A Liga Árabe atua no sentido de implementar esta decisão até hoje; na prática, a atividade persuasiva traduz-se, principalmente, na assistência a nível de propaganda.

A Liga Árabe permite que a OLP estabeleç suas próprias re

presentações não-oficiais, sob os auspícios da *"Liga"*, em países da EUROPA OCIDENTAL que não autorizam a abertura de escritórios oficiais. Esses escritórios não-oficiais da OLP utilizam todas as facilidades dos escritórios da *"Liga"* (instalação, comunicações, etc), além de usufruir de todos os seus serviços. Estes escritórios, em alguns países, possuem total *"status"* diplomático. Isto significa dizer que militantes da OLP, trabalhando como funcionários da *"Liga"*, possuem imunidade diplomática.

Os escritórios da OLP ainda recebem permanente ajuda financeira da Liga Árabe, para o exercício de suas atividades. A Liga Árabe destina somas especiais do seu orçamento para este propósito. O Conselho da Liga Árabe, do qual os Ministros do Exterior de todos os países da *"Liga"* fazem parte, está autorizado a aprovar os orçamentos para os escritórios da OLP.

Apesar da grande assistência doada pela *"Liga"* às representações da OLP, estas possuem autonomia total e chegam, até mesmo, a possuir repartições separadas nos escritórios da *"Liga"*, utilizadas como sucursais para a coordenação de atividades políticas e terroristas da OLP, em muitos casos.

O DIÁLOO ÁRABE-EUROPEU.

A EUROPA representa um dos pontos prioritários das atividades da Liga Árabe no cenário internacional. Um caráter institucionalizado é dado à atividade da *"Liga"* no *"diálogo árabe-europeu"*, o qual teve início em Jun 1975.

O diálogo entre as nações do Mercado Comum Europeu e os países da Liga Árabe teve início sob o pano de fundo do aumento drástico dos preços de petróelo, no final de 1973, resultante do boicote árabe às exportações do petróleo, imposto por países produtores filiados da OPEP, na época da guerra do YOM KIPPUR. Em conseqüência às ameaças dos países árabes produtores de petróleo e à pressão mundial sobre a EUROPA OCIDENTAL, para que esta adotasse uma postura pró-árabe na guerra do ORIENTE MÉDIO, os países da Comunidade Européia publicaram uma Declaração Política Conjunta sobre o problema no ORIENTE MÉDIO, em 6 Nov 73.

A idéia de promover-se um diálogo euro-árabe tomou forma prática em Jun 74, quando o Conselho de Ministros do Exterior do Mercado Comun Europeu enviou um memorando aos 20 países da Liga Árabe, delineando a posição da Comunidade sobre a questão do ORIENTE MÉDIO. Este memorando preceitua, dentre outros pontos, que a Comunidade Européia:

- *"confirma a importância dos contatos mantidos com os Ministros do Exterior em COPENHAGUE (Dez 1973) e está preparada para manter cooperação a longo prazo, em todos os setores, com os países árabes; e*

- *estima que, nesse contexto, poderá se obter uma cooperação concreta nas áreas da indústria, agricultura, energia, matéria-prima, finanças, ciência e tecnologia".*

Nos últimos anos, e em particular após a suspensão do EGITO da Liga Árabe, o diálogo euro-árabe tem-se mantido estável. Contudo, recentemente foram feitos esforços pra renová-lo:

- em Abr 83, realizou-se o primeiro simpósio cultural euro-árabe, do qual participaram cerca de 200 pessoas, entre outras, o Secretário-Geral da Liga Árabe, SHADLI KLIBI e o Ministro do Exterior da ALEMANHA OCIDENTAL, GENSHER. Declararam os seus organizadores que pretendem estabelecer este diálogo em bases permanentes;

- em 13 e 14 Dez, o *"Comitê Econômico"* do *"Diálogo Árabe-europeu"* reuniu-se em ATENAS e o encontro contou com a presença de representantes oficiais da Liga Árabe e da Comunidade Econômica Européia. As deliberações desta conferência fracassaram devido a grandes controvérsias, em particular, sobre as referências ao conflito árabe-israelense, na Declaração Final. Entretanto, este encontro teve sua importância, de vez que marcou a renovação formal do diálogo. Ademais, as divergências surgidas denotaram as dificuldades existentes em dar ímpeto renovado aos contactos, entre os dois blocos e, uma vez mais, revelaram a diferença de conceitos existentes entre as partes envolvidas, acerca da natureza real do diálogo e nas posturas em relação ao problema do ORIENTE MÉDIO.

O DIÁLOGO ÁRABE-AFRICANO.

Os contatos entre a Liga Árabe e a Organização de Unidade Africana (OUA), no que se refere ao diálogo árabe-africano, foi aberto oficialmente depois da guerra de YOM KIPPUR. A abertura do diálogo, após inúmeros esforços, particularmente por parte do EGITO, reflete a importância que o mundo árabe deposita na ÁFRICA, de forma mais notável no apoio dos países africanos aos interesses árabes, em especial ao conflito árabe-israelense.

O *"diálogo árabe-africano"* foi suspenso desde a assinatura dos acordos de CAMP DAVID, apesar dos esforços árabes para renovar os contatos e de decisões árabes explícitas adotadas neste sentido. Por exemplo, na última sessão do Conselho da Liga Árabe (TÚNIS, Mar 83), aprovou-se uma Resolução a fim de promover a cooperação entre a Liga Árabe e a Organização de Unidade Africana.

Um fato a ser ressaltado foi a realização da 6ª Sessão do *"Comitê Permanente de Cooperação árabe-africana"*, em Mar 83, em TÚNIS. A criação deste comitê foi decidida na primeira reunião de cúpula árabe-africana, realizada no CAIRO, em 1977. O encontro do Comitê contou com a participação de representantes (muitos dos quais a nível de Ministros do Exterior) de 12 países da Liga Árabe (ARÁBIA SAUDITA, SÍRIA, JORDÂNIA, LÍBANO, IRAQUE, ARGÉLIA, a OLP, EMIRADOS ÁRABES UNIDOS, SOMÁLIA, LÍBIA, KUWAIT e MAURITÂNIA) e de 12 membros da Organização de Unidade Africana (MARROCOS, TUNÍSIA, ANGOLA, GAMBIA, GUINÉ-BISSAU, QUÊNIA, LIBÉRIA, MADAGASCAR, MOÇAMBIQUE, NÍGER. RUANDA e SUAZILÂNDIA). Estiveram também presentes o Secretário-Geral da Liga Árabe e o Secretário-Geral da OUA. O objetivo deste encontro foi o de promover as relações árabe-africanas nas áreas de política e economia, além do propósito de fortalecer a solidariedade entre a OUA e a Liga Árabe. O problema do diálogo Árabe-africano, a ajuda aos movimentos de libertação africanos, a luta contra o *"apartheid"* e a discriminação racial foram discutidos, entre outros tópicos.

COOPERAÇÃO ENTRE A LIGA ÁRABE E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).

De 28 Jun a 1º Jul 83, realizou-se em TÚNIS, uma reunião especial, a primeira do gênero, da qual participaram representantes da Liga Árabe e das Nações Unidas, com a finalidade de promover a cooperação e coordenação entre as duas organizações. Os Secretários-Gerais de ambas as organizações participaram do encontro. Deve-se mencionar o fato de que o comitê formado pela Liga Árabe para promover contatos com as Nações Unidas foi presidido pelo Vice-Secretário-Geral da *"Liga"* para Assuntos Políticos, ADNAN OMRAN (detalhes sobre ele no Apêndice B). Entre as deliberações desta Conferência, destacam-se:

- ficou acordado que as duas Organizações - A Liga Árabe e a ONU formulariam programas para intensificar a cooperação entre ambas as partes (nos setores: político, da agricultura, da educação, de prestação de serviços, da indústria, da informação, das comunicações, na ajuda a refugiados, de direitos humanos, etc) a longo prazo;

- decidiu-se aumentar a cooperação em relação à implementação das Resoluções das Nações Unidas, no tocante ao problema palestino e à situação no ORIENTE MÉDIO. Declarou-se que esforços continuariam para o estabelecimento de uma paz justa e duradoura no ORIENTE MÉDIO e para a descoberta de uma solução para o problema palestino, em concordância com a Carta Palestina e as Resoluções da ONU alusivas ao assunto.

O MECANISMO DO *"BOICOTE ÁRABE"*.

Baseada em decisões tomadas por organismos da *"Liga"*, entre os anos de 1945-1951, criou-se um mecanismo de guerra econômica contra ISRAEL - *"O Mecanismo do Boicote Árabe contra ISRAEL"*. O esforço desse mecanismo - que representa um dos meios utilizados na luta árabe contra ISRAEL - foi o de enfraquecer a economia de ISRAEL. Para atingir este objetivo, resolveu-se que deveria ser aplicado com cerco econômico a ISRAEL, destinado a eliminar quaisquer relações entre o país e o mundo exterior. Decidiu-se que o plano do boi

cote deveria ser rigorosamente implementado e que pressões, englobando ameaças ao rompimento de relações diplomáticas, seriam exercitadas sobre as companhias e órgãos internacionais que possuíssem quaisquer relações econômicas com ISRAEL.

Atividades atuais - os "*funcionários de ligação do boicote*" - reúnem-se duas a três vezes ao ano e há sempre dois assuntos principais na pauta:

- Atualização das listas do "*boicote árabe*" - isto é, a retirada e a edição de nomes de companhias e organismos internacionais da lista do boicote, levando-se em consideração as políticas dessas instituições em relação ao boicote e à manutenção de contatos com ISRAEL.

- Delineamento de linhas de ação de política do boicote - isto é, a análise de problemas-chave alusivos à guerra econômica contra ISRAEL no período em questão e a tomada de decisões para estes problemas, além da aprovação de novos regulamentos ou a expansão de outros.

Faz-se notável assinalar que as decisões destes encontros são formalmente aprovadas pelo Conselho da "*Liga*", ao qual as decisões são submetidas para discussão. Portanto, os oficiais de ligação do "boicote" reunem-se antes das reuniões periódicas do Conselho da "*Liga*". De qualquer forma, o mecanismo do "*Boicote Árabe*" pode ser agora visto como o órgão operacional mais ativo da Liga Árabe, creditando-se alguns resultados a seu esforço. Não há dúvidas de que o apoio dado pelos países-membros da "*Liga*" às atividades do mecanismo, até agora, tem representado o fator central para o sucesso destas operações. Ademais, o poder econômico dos países árabes produtores de petróleo forneceu ao mecanismo de boicote considerável suporte às suas atividades em países que mantêm interesses no mundo árabe.

Não obstante, deve ser ressaltado que, já em 1977, havia inúmeros relatórios que alimentaram apreensões acerca da expectativa de deterioração do "*boicote árabe*". Para o mundo árabe, a legislação norte-americana contra o "*boicote árabe*" (1977) foi considerada como um golpe à continuação efetiva desse instrumento de pres

são e, talvez, até, para sua total neutralização, devido à incapacidade do mecanismo de lidar com um problema jurídico interno dos EUA. Nesse interim, revelaram-se também muitas falhas e o baixo nível de aderência à execução do "*boicote*", por parte de diversas nações árabes.

Não obstante, os funcionários de ligação prosseguem as reuniões para a atualização das listas do"*boicote*". Em sua 45ª Sessão (Abr 81), decidiram cooperar com membros da "*Organização da Conferência Islâmica*", para que a Organização aderisse ao "*boicote árabe*". Até agora, realizaram-se 50 reuniões dos quadros de ligação. As mais recentes foram:

- Maio de 1983, em TÚNIS. Este foi o 49º encontro. Entre outros tópicos, discutiram-se os assuntos referentes à exportação libanesa para países árabes e o controle sobre os produtos por estes importados do LÍBANO. Isto foi para impedir a infiltração de bens isralenses nos países árabes, via LÍBANO. O Chefe do escritório de "*boicote*" Libanês representou o seu país neste encontro e tentou explicar os esforços feitos pelo LÍBANO para impedir o comércio com ISRAEL; e

- Dezembro de 1983, em DAMASCO. Este foi o 50º encontro semi-anual do comitê de "*boicote*".

NURALLAH NURALLAH é o Chefe do mecanismo do "*boicote árabe*", nos últimos anos.

A CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DA LIGA ARABE PARA UMA MAIOR COOPERAÇÃO ECONÔMICA ENTRE OS ESTADOS ÁRABES.

Na Carta da Liga Árabe existem cláusulas que exaltam a cooperação em vários setores econômicos, tais como moeda, comércio e alfândega. Em 1953, o "*Conselho Econômico da Liga Árabe*" se reuniu pela primeira vez e desde então realizam-se reuniões anualmente. Quando o acordo de unidade econômica foi assinado, em 1964, o "*Conselho de Unidade Econômica Árabe*" foi fundado. Dele fazem parte os Ministros da Economia de 13 países árabes (se reúne duas vezes ao ano). Este "*Conselho*" possui um quadro funcional permanente o qual

é encarregado de implantar os acordos para maior coordenação econômica entre as nações árabes. Os acordos assinados durante os últimos 25 anos abrangem as seguintes áreas: criação de um mercado comum, transferências de capital, turismo e férias, comércio e benefícios de tráfego, uniformidade de tarifas aduaneiras, o estabelecimento de várias federações industriais, acordos de aviação e carga e o estabelecimento de companhias árabes conjuntas em diversos campos.

Até há alguns anos atrás, os inúmeros acordos para cooperação econômica não entraram em vigor, devido às três razões principais:

- disputas políticas - muitos acordos, ou não foram ratificados, ou foram ratificados após longos prazos, em conseqüência à controvérsias políticas. Ademais, as várias disputas no mundo árabe causaram dificuldades para a travessia de fronteiras e impediram o cumprimento de diversos acordos, tais como: a livre circulação de cidadãos de países árabes, acordos de aviação, unificação da alfândega e o mercado comum e tráfego;

- interesses econômicos conflitantes - os diversos países não estavam interessados em abolir taxas de importação a fim de não fomentar a competitividade de produtos de países vizinhos. Por exemplo, o acordo que visava a coordenar a política do petróleo, assinado em 1965, nunca entrou em vigor devido a interesses conflitantes entre os países árabes produtores de petróleo;

- dificuldades técnicas - são principalmente dificuldades burocráticas internas e problemas oriundos de diferenças entre os regimes sócio-econômicos dos países árabes. A infra-estrutura subdesenvolvida (comunicações e transporte) também foi um obstáculo para a circulação de mão-de-obra e recursos entre os países árabes; e

- falta de recursos financeiros para a implementação de vários acordos - o estabelecimento de companhias conjuntas foi quase impossível antes de 1973, devido à escassez de recursos financeiros.

Entretanto, desde 1974 têm-se realizado esforços para a coordenação econômica entre os países árabes. Esta atividade, ao contrário do passado, tornou-se quase imune a disputas políticas en

tre os países. Há diversos fatores do interesse da "*Liga*" para a implementação da cooperação econômica entre os seus membros:

- a grande receita do petróleo estimula a maior importação de produtos, tecnologias e mão-de-obra do exterior, o que exige livre circulação entre os países. Portanto, atualmente, há uma maior tendência para se implementarem acordos de comércio e tráfego, benefícios sociais iguais, livre circulação de mão-de-obra, a criação de vários projetos e a padronização de redes de comunicação; e

- o problema referente ao financiamento de atividades interárabes tornou-se menos crítico com a acumulação da receita de petróleo, parte da qual é alocada a instituições interárabes. Os países árabes pobres estão interessados em canalizar parte dos proventos do petróleo, em seu favor, através da agência de projetos interárabes.

Desta maneira, desde o início de 1974, foi estabelecido um grande número de agências econômicas interárabes, incluindo:

- O Fundo Monetário Interárabe - cujas atividades regulares tiveram início em fevereiro de 1977. Este fundo (com um capital de cerca de 1 bilhão de dólares) foi projetado para assistir aos países árabes mais pobres no fechamento de seus balanços de pagamentos e, em 1979, já começava a transferir "*empréstimos-ponte*" para alguns Estados Árabes (EGITO, SÍRIA e SUDÃO);

- A Delegacia árabe para os investimentos agrícolas - com um capital de cerca de 500 milhões de dólares, começou suas atividades regulares em julho de 1977. Esta delegacia foi idealizada para desenvolver a potencialidade do solo no SUDÃO, de forma a diminuir a dependência árabe em alimentos importados do exterior e, assim, a sua vulnerabilidade à "*arma-alimento*" (por exemplo, durante o uso, pelos árabes, da "*arma-petróleo*"). O estabelecimento de um Fundo Árabe de armazenagem de bens essenciais para os tempos de emergência está, também, sendo discutido;

- Fundo Árabe de Ciências - este Fundo está nos últimos estágios de sua implantação e foi projetado para financiar projetos de pesquisas a serem conduzidas pelos cientistas árabes. O Fundo aumentou a capacidade de pesquisa da comunidade acadêmica, em par

ticular o EGITO que, agora, sofre com a falta de fundos de pesquisa; e

- o Fundo de Desenvolvimento - foi estabelecido na Conferência de Cúpula de AMÃ, em novembro de 1980, e projetado para realizar os propósitos da "*Década do Desenvolvimento Árabe*", isto é, a redução do descompasso econômico entre os vários países árabes. Os patrocinadores do Fundo são os Estados do Golfo e o IRAQUE e seus principais beneficiários os países árabes pobres (YEMEN, REPÚBLICA DO YEMEN DO SUL, SUDÃO, SOMÁLIA e MAURITÂNIA). O capital inicial do Fundo é de 5 bilhões de dólares. É possível que o Fundo também assistirá projetos em outros países árabes, em particular, em conexão com a auto-suficiência e o decréscimo na dependência de mão-de-obra estrangeira. Na prática, a atividade do Fundo de Desenvolvimento, até o presente, é nula.

Atualmente, todas estas organizações econômicas interárabes são de pequena importância para as economias dos Estados Árabes, com exceção da atividade destinada ao auxílio dos "*Estados de Confrontação*", conforme foi decidido durante Reuniões da Conferência de Cúpula Árabe, a saber:

- o mais importante, o "*Auxílio de BAGDÁ*", de 3,5 bilhões de dólares por ano, concedido à SÍRIA, JORDÂNIA, OLP e habitantes dos territórios administrados por ISRAEL. Este auxílio substitui o "*Auxílio de RABAT*" - 1,35 bilhões de dólares anualmente para a SÍRIA, JORDÂNIA e OLP, provido durante 1975, 1977 e 1978 - e o "*Auxílio de CARTOUM*", cerca de 350 milhões de dólares anuais concedido ao EGITO e JORDÂNIA, depois da guerra de 1967; e

- "*Auxílio de TÚNIS*" - Na Conferência de Cúpula Árabe de TÚNIS (Nov - 1979), os Estados Árabes decidiram criar um fundo de auxílio especial para a reabilitação do LÍBANO. Foi estabelecido que este fundo deveria ser pago durante um período de 5 anos, com um valor anual da ordem de 400 milhões de dólares. Atualmente, cerca de 300 milhões de dólares foram transferidos, durante 1980 e 1981.

Os dirigentes da Liga Árabe estão conscientes de que os vários passos para incrementar a cooperação entre os Estados Árabes, desde o início dos anos 50, não fazem parte de uma estratégia defi

nida. O grau de progresso na implementação dos vários planos econômicos foi sempre resultado do empenho demonstrado por vários Estados Árabes, de acordo com seus principais interesses econômicos e conforme as circunstâncias políticas. Desta forma, o *"Conselho Econômico"*, recentemente, discutiu a preparação de uma estratégia econômica conjunta. Seguindo-se a estas discussões, vários comitês técnicos foram instituídos para estudar os vários aspectos deste assunto. Entre os tópicos considerados ressaltam-se:

- o estabelecimento de prioridades (entre os vários planos) para obter a integração no Mundo Árabe; e

- a máxima coordenação dos programas de desenvolvimento para a metade dos anos 80. Neste estágio, está sendo discutida a coordenação dos programas de desenvolvimento, para um valor global de cerca de 21 bilhões de dólares, ao invés dos 62 bilhões de dólares previamente planejados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A Liga Árabe foi criada no propósito de fortalecer laços e promover a integração das Nações Árabes. Depois de 40 anos de existência, tais objetivos elevados ainda não foram atingidos em sua plenitude, em razão de divergências internas e interesses diferenciados entre seus próprios membros.

Institucionalmente, o próprio mandato limitado da Liga representa um contingenciamento à imposição de suas resoluções sobre os países-membros; embora reconheçam tal deficiência, os países árabes não se mostram animados a introduzir mudanças na Carta da *"Liga"*, destinadas a torná-la mais efetiva.

Assim sendo, a *"Liga"* tornou-se instrumento, nem sempre eficaz, apenas de temas sobre os quais façam os árabes causa comum, como a panacéia da luta antiisraelense.

No campo econômico, os proventos de petróleo incentivaram os esforços de integração, muito embora ainda careçam de uma estratégia global, em favor de um desenvolvimento harmonioso e uniforme.

* * *

APÊNDICE "A"

FEDERAÇÕES ÁRABES

1. Federações árabes no campo da produção de alimentos:
   - Federação Árabe das Indústrias Alimentícias.
   - Federação Árabe dos Produtores de Pesca.
   - Federação Árabe do Açúcar.

2. Federações árabes na área das indústrias médias e básicas:
   - Federação Árabe de Ferro e Aço.
   - Federação Árabe de Cimento e Materiais de Construção.
   - Federação Árabe do Papel.
   - Federação Árabe das Indústrias de Couro.

3. Federações árabes na área de engenharia, metais e indústria química:
   - Federação Árabe das Indústrias de Engenharia.
   - Federação Árabe dos Fabricantes de Fertilizantes Químicos.
   - Federação Árabe das Indústrias Têxteis.

4. Federações árabes na área bancária e de seguros:
   - Federação Geral de Seguros.
   - Federação Árabe dos Bancos.

5. Federações árabes na área de comunicações e t[illegible]es marítimos:
   - Federação Árabe dos Portos de Mar.
   - Federação Árabe dos Transportes Terrestres.

6. Federações Profissionais:
   - Federação das Universidades Árabes.
   - Federação dos Engenheiros Agrícolas Árabes.
   - Federação dos Veterinários.

7. Projetos árabes:

a) Na estrutura da Liga Árabe.

- Companhia de Fosfatos Árabes Ltda.
- Companhia Árabe Marítima.
- Fundo Árabe para Ajuda Técnica aos Africanos e Estados Árabes.
- Companhia Árabe de Pesca.

b) Na estrutura do Conselho da Unidade Econômica Árabe.

- Companhia Árabe para o Desenvolvimento dos Recursos Animais.
- Companhia Árabe de Mineração.
- Companhia Árabe da Indústria Farmacêutica.

c) Na estrutura da Federação das Repúblicas Árabes.

- Banco Árabe para o Desenvolvimento e Investimentos.
- Companhia Árabe da Federação de Resseguros.
- Instituto da Federação Árabe para o Desenvolvimento Agrícola.
- Companhia da Federação Árabe dos Transportes Terrestres.
- Companhia da Federação Árabe dos Transportes Marítimos.

APÊNDICE "B"

PRINCIPAIS AUTORIDADES DA LIGA ÁRABE

*SHADLI KLIBI - Secretário-Geral da Liga Árabe.

- Nascido em TUNÍS, a 6 Set 25
- Educação: cursou na Universidade de TÚNIS e posteriormente fez a Faculdade de Humanidades da Sorbonne. Seus pontos de vista e escritos refletem a herança européia e francesa.
- Antes de ser indicado para o posto de Secretário-Geral da Liga Árabe, ele serviu por um bom número de anos em várias posições de governo na TUNÍSIA, incluindo a de Ministro da Cultura, Ministro da Informação, Chefe do Gabinete do Presidente BOURGUIBA e diretor do Serviço de radiocomunicação.
- KLIBI é um intelectual árabe que é fluente em árabe e em francês. Em virtude de sua posição, ele expressa o consenso aceito pelos árabes no conflito árabe-israelense, mas seu posicionamento também reflete relativamente atitudes moderadas as quais variam de acordo com o estado de espírito prevalecente no mundo árabe.
- Como parte de seus deveres, KLIBI viaja por todos os países árabes e pelo resto do mundo e participa de várias reuniões árabes organizadas pela Liga Árabe nos vários foruns árabes e em conferências internacionais.

*ABD - EL-RAZAQ EL-DARDARI.

- Desde 1978 EL-DARDARI tem servido na Divisão Militar da sede da Liga Árabe, em TUNÍS. Nos anos recentes, tem servido como diretor do Secretariado Militar da Liga. Antes disto, durante os anos 70, ele ocupou várias pastas no Exército sírio, incluindo o de assessor do Presidente ASSAD.
- Como diretor do Secretariado Militar, EL-DARDARI é responsável em promover a cooperação e coordenação entre os Exércitos árabes bem como pela implementação das decisões da reunião de cúpula sobre assuntos militares.

*ADNAM OMRAN.

- Um dos destacados membros da equipe da Liga Árabe, na sua sede em TUNIS. Desde 1980, ele tem servido como Secretário-Geral Assistente para os negócios políticos, OMRAN é um sírio de origem e, antes de assumir seu trabalho na Liga, foi o Embaixador sírio em LONDRES.
- Como parte de seus deveres, OMRAN faz muitas visitas aos países árabes e viagens por todo o mundo. No início de 1983 chefiou um comitê especial criado pel Liga para promover a cooperação e a coordenação com as Nações Unidas.

*HAMADI EL-SID.

Um dos chefes graduados da representação da Liga em TUNIS. É tunisiano de origem. É portador de passaporte diplomático libanês. Agora serve como representante pessoal do Secretário-Geral da Liga para os negócios libaneses e, como parte de seu trabalho faz muitas visitas aos países árabes, em particular ao LIBANO, onde mantém freqüentes contatos com os chefes da administração. Deve ser notado que, no passado, entre outras coisas, ele serviu como representante pessoal do Secretário-Geral no comitê de acompanhamento para tratar com a crise libanesa (1979).

*Dr. ABD EL-MUHSIN ZALZALA.

- Desde 1976 ZALZALA tem servido como Secretário-Geral assistente para os negócios econômicos. Em Mar 81, o Conselho da Liga, em sua sessão regular, renovou sua indicação para esta posição por um período adicional de cinco anos.
- Como parte de seus deveres, ZALZALA é responsável pela promoção da cooperação econômica interárabes. Ele freqüentemente visita os países árabes e participa em reuniões nos tópicos econômicos, incluindo coferências das organizações sócio-econômicas que operam sob a égide da Liga Árabe.

*Dr. MOHAMMED EL FARRA.

- Um dos empregados graduados da Liga-Árabe em TUNIS. Desde 1º Jan 83, tem servido como Secretário delegado para os negócios

palestinos. Ele foi o candidato da JORDÂNIA para esta posição. EL FARRA previamente ocupou um número de postos graduados na sede da Liga e, dentre outros, serviu como assistente pessoal do então Secretário-Geral, MAHMOUD RIAD. Foi um dos membros do Comitê de especialistas para a emenda da Carta da Liga Árabe e trabalhou nos esforços da Liga para mediar as disputas interárabes (1982).

EL FARRA é palestino de origem, natural de GAZA, e possui passaporte jordaniano. No passado, ele ocupou pastas graduadas no Ministério do Exterior da JORDÂNIA, onde, entre outras pastas, serviu como Embaixador de seu país nas Nações-Unidas (1969-71) e na ESPANHA (1971). Ele vem servindo na Liga Árabe desde 1973.

*MAHMOUD EL MAMURI.

Tem cidadania tunisiana. Desde Out 82 tem servido oficialmente como diretor do Escritório da "*Liga*" na ITÁLIA. Previamente ocupou pastas graduadas na sede da Liga Árabe em TÚNIS e, entre outras coisas, serviu como representante pessoal do Secretário-Geral no LÍBANO. Antes de juntar-se à Liga Árabe foi Ministro da Informação no Governo tunisino.

*ASSAD EL ASSAD.

Um dos destacados membros da equipe da Liga Árabe em TÚNIS. Supõe-se que tenha encerrado seu período como Secretário-Geral Assistente para os negócios sociais em Dez 83.

EL ASSAD é libanês de origem e nos anos recentes tem trabalhado em todos os contatos da Liga Árabe com relação aos assuntos libaneses. Ele visitou o LÍBANO em numerosas ocasiões. Como parte de seus deveres, ele também participou das reuniões periódicas das várias organizações, oferecendo dentro da estrutura da "*Liga*". Relevante foi seu périplo pelos Estados Africanos (1982), no esforço de persuadí-los a não renovar seus laços diplomáticos com ISRAEL.

*Dr. FAKHRI QADOURI.

Iraquiano de origem, serviu no Secretariado-Geral da Liga Árabe como Secretário-Geral do Conselho da Unidade Econômica Árabe. Em 1º Jul 82, submeteu seu pedido de resignação daquele posto. Não se sabe entretanto se QADOURI agora mantém alguma posição oficial na sede da Liga Árabe, em TÚNIS.

APÊNDICE "C"

Membros da Liga Árabe.

PAÍS	DATA DA INDEPENDÊNCIA	DATA DA ADESÃO DA LIGA
JORDÂNIA	25/05/46	22/03/45
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	02/12/71	06/12/71
BAHRAIN	01/09/71	11/09/71
TUNÍSIA	20/03/56	01/10/58
ARGÉLIA	05/07/62	12/08/62
DJIBUTI	27/06/77	04/09/77
ARÁBIA SAUDITA	23/09/32	22/03/45
SUDÃO	01/01/56	19/01/56
SÍRIA	17/04/46	22/03/45
SOMÁLIA	01/07/60	14/02/74
IRAQUE	1932	22/03/45
OMÃ	18/11/70	29/09/71
PALESTINA	-	09/09/76
QATAR	01/09/71	11/09/71
KUWAIT	19/06/61	20/07/61
LÍBANO	22/11/46	22/03/45
LÍBIA	24/12/52	28/03/53
EGITO	28/02/22	22/03/45 *Obs-1
MARROCOS	18/11/56	01/10/58
MAURITÂNIA	28/11/61	26/11/73
IÊMEN DO NORTE	26/09/62	22/03/45
REPÚBLICA DO IÊMEN DO SUL	30/11/67	12/12/67

Obs-1 - O EGITO foi suspenso da LIGA ÁRABE em março de 1979 após ter assinado os acordos da CAMP DAVID e o Tratado de Paz com ISRAEL.